

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017



## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

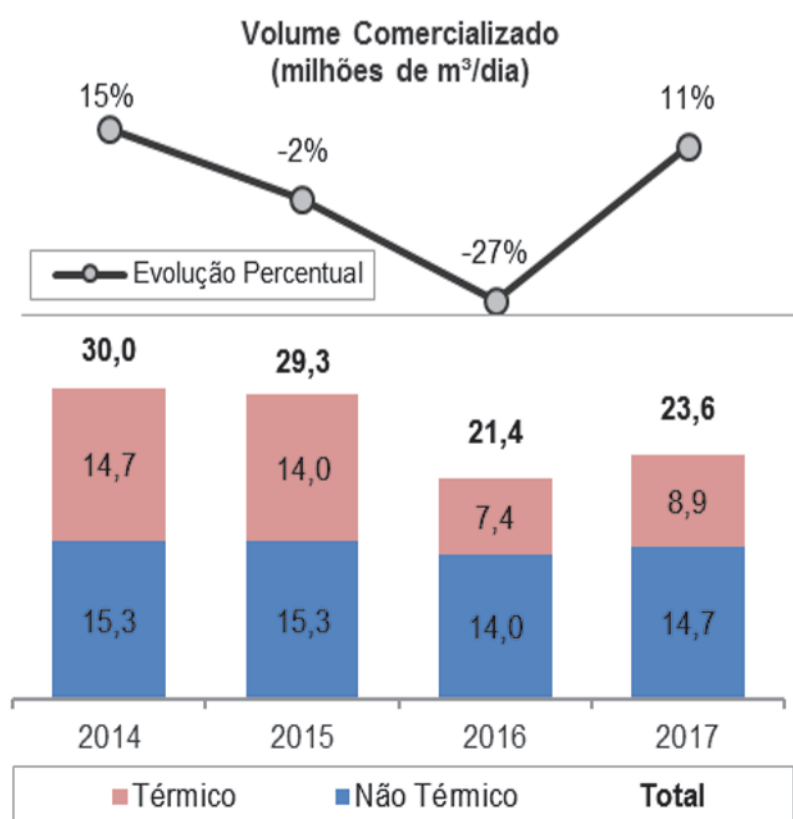
O ano de 2017 foi marcado pelo início da recuperação econômica do país que, embora tênue, já dá sinais de retomada da atividade nos mais diversos setores, contribuindo para a geração de empregos, melhoria da renda, e consequentemente aumento do consumo das pessoas.

O gás natural como combustível presente nos diversos segmentos da economia, em especial no segmento industrial e de geração termoelétrica, teve seu consumo nacional incrementado em 12%, quando comparado ao ano anterior, atingindo o volume médio diário de 57 milhões de m<sup>3</sup>. Com a retomada econômica, o mercado não térmico apresentou crescimento de 6% enquanto o setor termoelétrico atingiu a marca de 20 milhões de m<sup>3</sup> por dia, correspondente a um crescimento de 25%, em relação a 2016.

A Petrobras Gás S/A – Gaspetro é uma empresa com participação acionária da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras (51%) e da Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda, que detém participação em 19 Concessionárias de Distribuição de Gás Natural canalizado, sendo 14 em operação e 5 em fase pré ou parcialmente operacional.



As Companhias Distribuidoras Locais (CDLs) com participação da Gaspetro movimentaram, em 2017, 23,6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, o que representou uma participação de mercado de 42%, com crescimento de 11%, em relação ao ano anterior. As vendas para o segmento termoelétrico fecharam o ano com uma média de 9 milhões de m<sup>3</sup>/dia, um crescimento de 21% em relação a 2016.



A Receita Operacional das 14 CDLs em operação atingiu no ano de 2017 o montante de R\$ 8,2 bilhões, um crescimento de 15%, quando comparado ao ano anterior devido ao aumento do volume comercializado.

Mantendo uma política permanente de expansão da malha de distribuição de gás natural e alinhada com as regras dos seus respectivos contratos de concessão, nossas CDLs investiram em 2017 um montante de R\$ 317 milhões, o que permitiu a construção de 419 km de novas redes e a interligação de 50 mil clientes. Hoje a malha de gasodutos construída e operada pelas CDLs com participação da Gaspetro já atinge 9.233 km e superamos a marca de 400 mil clientes atendidos em 257 municípios, nos diversos estados da federação.

O Lucro Líquido da Gaspetro em 2017 foi de R\$ 257 milhões, com geração de EBITDA de R\$ 253 milhões. Este resultado, entre outros fatores, é fruto da permanente gestão de custos e busca da melhor eficiência operacional nas CDLs.

Para os próximos 5 anos, as distribuidoras com participação da Gaspetro previram um plano de expansão dos negócios, no qual foram contemplados investimentos de R\$ 2,5 bilhões, necessários para sustentar o crescimento da infraestrutura de gás natural no médio prazo. O plano quinzenal em todos os seus elementos contempla o nosso compromisso assumido nos contratos de concessão firmados, em especial a oferta de gás natural ao maior número de consumidores, a preços competitivos e que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade do mercado de gás natural brasileiro e do modelo de concessão acordado.

Pela característica do negócio e dada a importância do gás natural na matriz energética brasileira, e ainda o potencial de crescimento existente, nossa expectativa para os próximos anos é bastante otimista, sustentada principalmente nas projeções econômicas emitidas pelas diversas entidades nacionais e estrangeiras.

Estamos certos de que os desafios para os próximos anos serão grandes e nossas CDLs estão prontas para superá-los à altura, graças à competência das pessoas que formam este time de aproximadamente 2.000 colaboradores comprometidos e alinhados com os propósitos das suas empresas, e principalmente ao atendimento das necessidades dos nossos clientes.

Por fim, agradecemos a todas as pessoas das equipes da Gaspetro e das nossas CDLs pelo excelente trabalho realizado e aos clientes, sem os quais não teríamos atingido o resultado obtido em 2017.

Atenciosamente,

Diretoria Executiva

Conselho de Administração

## 2. A GASPETRO

A Petrobras Gás S.A. – Gaspetro é uma companhia de capital fechado que tem como acionistas a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (51%) e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (49%). Essa configuração societária iniciou-se a partir da alienação parcial das ações, detidas pela Petrobras, em processo concluído em 28/12/2015, através da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

Atualmente, fruto da citada alienação parcial das ações detidas pela Petrobras, o capital social da Gaspetro passou a ser distribuído da seguinte forma:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS			AÇÕES PREFERENCIAIS			TOTAL GERAL		
	QTDE	VALOR	%	QTDE	VALOR	%	QTDE	VALOR	%
Petrobras	56.607	334.314.138,11	51,00%	2	11.811,76	100,00%	56.609	334.325.949,87	51,001%
Mitsui Gás	54.386	321.197.179,07	49,00%	0	-	0,00%	54.386	321.197.179,07	48,999%
TOTAL	110.993	655.511.317,18	100,00%	2	11.811,76	100,00%	110.995	655.523.128,94	100,000%

Sobre os resultados auferidos pela Companhia em 2017, pode-se relatar que o lucro líquido auferido pela Gaspetro (Controladora) foi de R\$ 256,5 milhões, 13% inferior ao apurado no ano anterior (R\$ 294,7 milhões), em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução no resultado de participações em investimentos devido a menor margem de contribuição;
- Despesa de TOP (*take or pay*) na Compagás registrada em dezembro de 2016, que refletiu o resultado da Gaspetro em 2017;
- Menor resultado financeiro decorrente da receita sobre a fiança idônea concedida à Petrobras, que já foram transferidas integralmente para outras companhias;
- Redução dos saldos financeiros disponíveis e das taxas em aplicações;
- Menor impacto da provisão com tributos sobre o resultado, tendo em vista a reversão, em dezembro de 2016, de créditos relativos a impostos diferidos anteriormente constituídos.

O ano de 2017 também teve como destaque a consolidação da parceria com a Mitsui Gás, mantendo a excelência técnica e o desenvolvimento contínuo das companhias de distribuição de gás natural onde participamos. Para 2018, o desafio será a adaptação dos requisitos indicados pelos dispositivos legais relativos à governança das empresas estatais, especialmente à Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016 e a continuidade do aperfeiçoamento dos processos internos e da governança da companhia.

## 3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de Governança atual da Gaspetro é formada pelos seguintes órgãos colegiados:

• **Conselho de Administração:** formado por sete membros, que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, se necessário. Em 2017 foram realizadas 13 (treze) reuniões. O Conselho tem como atribuições principais definir as diretrizes estratégicas da Gaspetro e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. É o órgão de direção superior, não exercendo função deliberativa;

• **Diretoria Executiva:** formada por quatro membros (Diretor Presidente, Diretor Operacional, Diretor Financeiro e Diretor Corporativo) e eleita pelo Conselho de Administração. Em 2017 foram realizadas 53 (cinquenta e três) reuniões, tendo sido deliberados assuntos relativos às CDLs em que a Gaspetro possui participação, além de temas associados à própria atividade e estrutura da Gaspetro; e,

• **Conselho Fiscal:** formado por três membros, eleitos em Assembleia Geral Ordinária. É um órgão fiscalizador e opinativo sobre matérias atinentes à sua função, que são encaminhadas para deliberação em Assembleia Geral. Em 2017 foram realizadas 12 (doze) reuniões deste colegiado.

O Conselho de Administração conta, ainda, com uma Auditoria Interna permanente, que avalia as atividades e controles internos e realiza serviços de auditoria na controlada e nas coligadas da Gaspetro.

A Gaspetro adota as melhores práticas de governança corporativa, utiliza instrumentos de gestão empresarial, de gestão de risco e *compliance* e, adicionalmente, também passou a adotar as políticas e procedimentos anticorrupção dos acionistas Petrobras e Mitsui Gás.

Em complemento a esses mecanismos, a Gaspetro utiliza ainda serviços de auditoria externa independente, cujo objetivo é verificar e atestar a exatidão das demonstrações contábeis da Companhia.

## 4. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DAS PARTICIPAÇÕES EM DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

As 19 distribuidoras de gás natural da Gaspetro investiram em 2017, R\$ 317 milhões, resultando na expansão de 419 km de rede de distribuição e na ligação de mais de 50 mil novos clientes.

Ao longo dos últimos quatro anos, essas companhias distribuidoras investiram R\$ 1,4 bilhão na construção de 1.875 km de gasodutos de distribuição, garantindo o atendimento de 202 mil novos clientes de gás natural no país, tendo como resultado a comercialização de 23,6 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural por dia em 2017, o que representou 42% do mercado nacional de distribuição de gás natural.

**Petrobras Gás S.A. - Gaspetro**  
**CNPJ N° 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras**

A evolução dos indicadores das distribuidoras com participação da Gaspetro está representada no conjunto de gráficos a seguir:

O volume total comercializado pelas distribuidoras com participação da Gaspetro cresceu 11% em relação a 2016, com o aumento de 5% das vendas no mercado não térmico e 21% no mercado térmico.

Dentre as principais realizações das companhias distribuidoras em 2017 pode-se destacar:

- A Ceg Rio comercializou 8,1 milhões m³/dia de gás natural este ano com a retomada dos mercados térmico e não térmico, que cresceram 37% e 11% respectivamente;
- A Bahiagas comercializou 3,6 milhões de m³/dia de gás natural para o mercado não térmico, apresentando um crescimento de 7% em relação a 2016;
- A Ceg Rio liderou a expansão de rede, ampliando em 82 km o seu sistema de distribuição em 2017;
- A Ceg Rio e a Sulgás incorporaram, respectivamente, 9.604 e 8.504 novos clientes em 2017, sendo as distribuidoras com maior expansão do número de clientes este ano dentre as companhias distribuidoras de gás com participação acionária da Gaspetro.

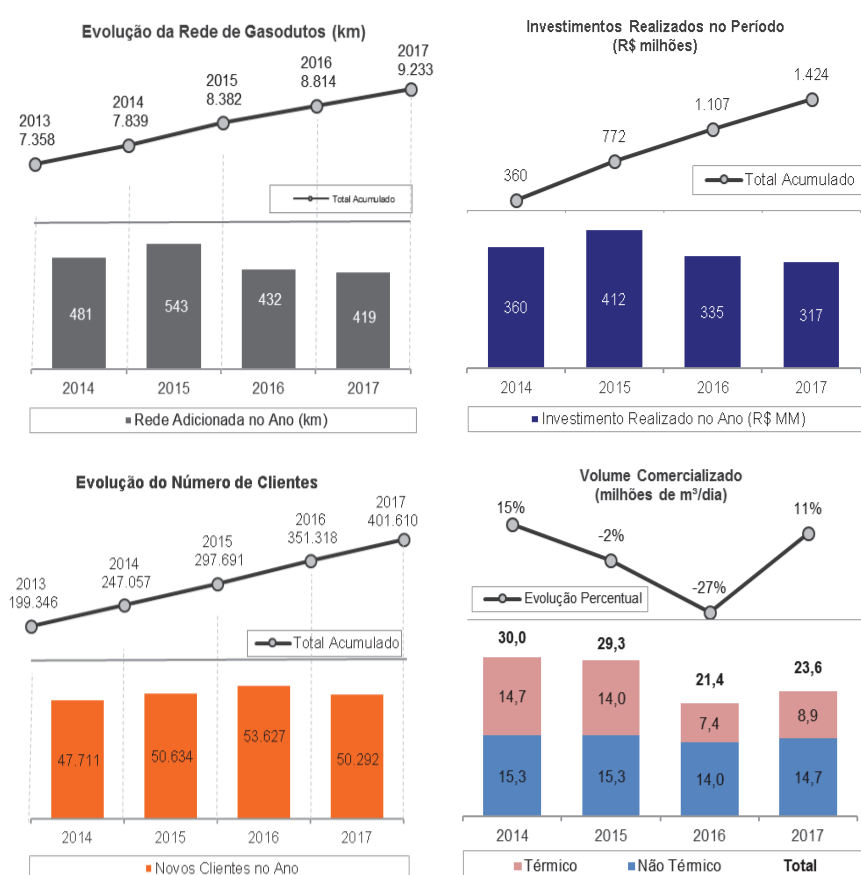
**5. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

A Lei de Acesso a Informação - LAI (Lei 12.527/2011) regulamenta o direito à informação, garantido pela Constituição Federal, obrigando a Administração Pública Direta e Indireta das três esferas de Poder a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção.

Com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, a Gaspetro utiliza o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do acionista Petrobras.

No ano de 2017, foi recebida uma manifestação através do canal da Ouvidoria, que foi tempestivamente respondida.

Continuação



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)**

Ativo Circulante	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo Circulante	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Caixa e equivalentes de caixa	8	53.742	3.199	48.308	1	Fornecedores	15	35.141	29.267	10.122	10.181
Contas a receber, líquidas	9	180.386	239.283	67.647	159.165	Imposto de renda e contribuição social	17.1	1.031	-	1.031	-
Imposto de renda e contribuição social	17.1	-	15.836	-	13.455	Impostos e contribuições	17.1	15.937	16.084	6.200	5.824
Impostos e contribuições	17.1	26.035	7.742	25.239	409	Dividendos propostos	18.5	227	22.711	227	22.711
Outros ativos circulantes		2.551	2.565	-	-	Juros sobre capital próprio a pagar	18.5	17.000	47.476	17.000	47.476
		<u>262.715</u>	<u>268.625</u>	<u>141.194</u>	<u>173.030</u>	Outras contas e despesas a pagar		<u>8.301</u>	<u>15.260</u>	<u>16</u>	<u>208</u>
								<u>77.637</u>	<u>130.798</u>	<u>34.596</u>	<u>86.400</u>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Provisão para processos judiciais	23.1	10.143	10.031	-	-
Contas a receber, líquidas	9	28.732	55.516	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	1.179	995	1.179	995
Depósitos judiciais	23.2	5.108	2.333	3.842	2.333	Obrigações estatutárias	18.4	106.456	104.055	106.456	104.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	61.054	63.204	-	-	Outras contas e despesas a pagar		<u>807</u>	<u>431</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Impostos e contribuições	17.1	5.892	3.161	-	-			<u>118.585</u>	<u>115.512</u>	<u>107.635</u>	<u>105.050</u>
Ativo financeiro de concessão	10	35.602	25.421	-	-	Patrimônio líquido	18	655.522	655.522	655.522	655.522
Impostos em litígio	23.4	104.681	101.402	104.681	101.402	Capital social realizado		910.736	910.736	910.736	910.736
Títulos e valores mobiliários	14	4.439	4.167	4.439	4.167	Transações de capital		560	560	560	560
Outros ativos realizáveis a longo prazo		<u>182</u>	<u>1.025</u>	<u>-</u>	<u>25</u>	Reserva de capital		<u>386.486</u>	<u>297.954</u>	<u>388.541</u>	<u>300.645</u>
		<u>245.590</u>	<u>256.229</u>	<u>112.962</u>	<u>107.927</u>	Reservas de lucros		<u>1.953.304</u>	<u>1.864.772</u>	<u>1.955.359</u>	<u>1.867.463</u>
Investimentos	11	1.342.963	1.279.001	1.843.268	1.777.956			<u>2.149.526</u>	<u>2.111.082</u>	<u>2.097.590</u>	<u>2.058.913</u>
Imobilizado	12	3.212	2.831	166	-						
Intangível	13	<u>294.946</u>	<u>304.396</u>	<u>-</u>	<u>-</u>						
		<u>1.641.121</u>	<u>1.842.457</u>	<u>1.843.434</u>	<u>1.885.883</u>						
		<u>2.149.526</u>	<u>2.111.082</u>	<u>2.097.590</u>	<u>2.058.913</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração de Resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Receita de vendas e serviços	19	355.747	334.224	-	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	(285.913)	(246.074)	-	-
Lucro bruto		69.834	88.150	-	-
Receita de construção da infraestrutura	5.12	21.101	19.743	-	-
Custo da construção da infraestrutura	5.12	(21.101)	(19.743)	-	-
Lucro bruto após construção da infraestrutura		69.834	88.150	-	-
Receitas (despesas)					
Vendas	21	(13.620)	(11.254)	-	-
Gerais e administrativas	21	(60.686)	(51.843)	(41.266)	(33.443)
Tributárias	21	(1.285)	(10.043)	(997)	(9.432)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	952	(7.257)	674	383
		(74.639)	(80.397)	(41.589)	(42.492)
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos</b>		<b>(4.805)</b>	<b>7.753</b>	<b>(41.589)</b>	<b>(42.492)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	22	<b>29.255</b>	<b>15.982</b>	<b>9.029</b>	<b>32.352</b>
Receitas financeiras		21.026	48.599	8.434	35.259
Despesas financeiras		(364)	(24.744)	(9)	(8)
Variações monetárias e cambiais líquidas		8.593	(7.873)	604	(2.899)
Resultado de participações em investimentos	11.2	254.155	291.454	293.174	320.083
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>278.605</b>	<b>315.189</b>	<b>260.614</b>	<b>309.943</b>
Imposto de renda e contribuição social	17.3	(21.408)	(19.557)	(4.053)	(15.244)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>257.197</b>	<b>295.632</b>	<b>256.561</b>	<b>294.699</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação (em R\$)</b>	18.6	<b>2,32</b>	<b>2,66</b>	<b>2,31</b>	<b>2,66</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Petrobras Gás S.A. - Gaspetro**  
 CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

**Demonstração de Resultado Abrangente**  
*Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016 não auditado
Lucro do exercício	257.197	295.632	256.561	294.699
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>257.197</b>	<b>295.632</b>	<b>256.561</b>	<b>294.699</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado	
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial				Lucros Acumulados
<b>Saldo em 1º de dezembro de 2016</b>	<b>655.522</b>	<b>910.736</b>	<b>560</b>	<b>91.274</b>	<b>125.379</b>	-	-	<b>1.783.471</b>	<b>(3.624)</b>	<b>1.779.847</b>
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 1,13/ação)					(125.379)		-	(125.379)	-	(125.379)
Lucro do exercício							294.699	294.699	933	295.632
Destinações do lucro líquido do exercício:										
Apropriações do lucro líquido em reservas				14.735	56.035	138.601	(209.371)	-	-	-
Apropriações do lucro líquido em obrigações							(6.959)	(6.959)		(6.959)
<b>Dividendos e JCP (R\$ 0,71/ação)</b>							<b>(78.369)</b>	<b>(78.369)</b>	-	<b>(78.369)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>655.522</b>	<b>910.736</b>	<b>560</b>	<b>106.009</b>	<b>56.035</b>	<b>138.601</b>	-	<b>1.867.463</b>	<b>(2.691)</b>	<b>1.864.772</b>
	<b>655.522</b>	<b>910.736</b>	<b>560</b>				<b>300.645</b>	<b>1.867.463</b>	<b>(2.691)</b>	<b>1.864.772</b>
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,50/ação)					(56.035)			(56.035)		(56.035)
Realização de reserva especial (R\$ 0,36/ação)						(40.000)		(40.000)	636	(40.000)
Lucro do exercício							256.561	256.561		257.197
Destinações do lucro líquido do exercício:										
Apropriações do lucro líquido em reservas				12.828		65.903	(78.731)	-	-	-
Apropriações do lucro líquido em obrigações							(2.403)	(2.403)		(2.403)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,95/ação)					105.200		(105.200)	-		-
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,63/ação)							(70.227)	(70.227)		(70.227)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>655.522</b>	<b>910.736</b>	<b>560</b>	<b>118.837</b>	<b>105.200</b>	<b>164.504</b>	-	<b>1.955.359</b>	<b>(2.055)</b>	<b>1.953.304</b>
	<b>655.522</b>	<b>910.736</b>	<b>560</b>				<b>388.541</b>	<b>1.955.359</b>	<b>(2.055)</b>	<b>1.953.304</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro do exercício	257.197	295.632	256.561	294.699
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:				
Resultado de participações em investidas	(254.155)	(291.454)	(299.391)	(320.083)
Depreciação e amortização	16.702	16.233	1.650	1.646
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	3.659	638	-	-
Provisão para perdas com processos judiciais	515	2.654	-	-
Perdas por Desvalorização de Ativos (Impairment)	560	-	560	-
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	(1.160)	18.961	(805)	13.987
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(14.554)	(27.299)	(6.411)	(14.697)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	21.408	11.646	4.053	12.761
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	72.466	23.664	17.757	12.567
Outros ativos	(1.868)	17.644	(945)	(11.240)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(3.298)	(44.261)	(104)	(7.159)
Impostos e contribuições	(17.949)	(11.943)	(7.143)	(5.672)
Outros passivos	(6.583)	(4.018)	(81)	(4.886)
<b>Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais</b>	<b>72.940</b>	<b>8.097</b>	<b>(34.299)</b>	<b>(28.077)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(22.714)	(19.743)	(126)	-
Aportes em participações	(620)	(402)	(620)	(402)
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	5.387	66.578	21.368	34.071
Dividendos recebidos	221.169	115.320	281.208	163.170
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos</b>	<b>203.222</b>	<b>161.753</b>	<b>301.830</b>	<b>196.839</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	(219.222)	(169.347)	(219.222)	(169.347)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos</b>	<b>(219.222)</b>	<b>(169.347)</b>	<b>(219.222)</b>	<b>(169.347)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>56.941</b>	<b>503</b>	<b>48.309</b>	<b>(585)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.199	2.696	1	586
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>53.742</b>	<b>3.199</b>	<b>48.308</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Valor Adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
*(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receitas</b>				
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	464.461	425.383	1.538	970
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(3.659)	(638)	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso	21.101	19.743	-	-
	481.903	444.488	1.538	970
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Produtos para revenda	(247.290)	(208.690)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56.161)	(71.360)	(8.694)	(15.469)
Perda / Recuperação de valores ativos	(1.180)	-	(1.180)	-
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(43.020)	(58.247)	-	-
	(347.651)	(338.297)	(9.874)	(15.469)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>134.252</b>	<b>106.191</b>	<b>(8.336)</b>	<b>(14.499)</b>
Depreciação e amortização	(16.702)	(16.233)	(1.650)	(1.646)
<b>Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia</b>	<b>117.550</b>	<b>89.958</b>	<b>(9.986)</b>	<b>(16.145)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de participações em investimentos	254.155	291.454	300.011	320.083
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	21.026	59.864	14.287	51.498
	275.181	351.318	314.298	371.581
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>392.731</b>	<b>441.276</b>	<b>304.312</b>	<b>355.436</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal e administradores</b>				
Salários e participações	47.270	30.891	30.658	15.354
Benefícios	2.023	1.801	12	-
FGTS	761	726	7	-
	50.054	33.418	30.677	15.354
<b>Tributos</b>				
Federais	46.118	45.274	11.267	24.671
Estaduais	43.760	18.486	-	5
	89.878	63.760	11.267	24.676
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	(8.229)	43.882	5.258	19.146
Despesas de aluguéis	3.832	4.584	549	1.561
	(4.397)	48.466	5.807	20.707
<b>Acionistas</b>				
Dividendos	70.227	78.369	70.227	78.369
Resultado dos acionistas não controladores	-	-	-	-
Lucros retidos	186.970	217.263	186.334	216.330
	257.197	295.632	256.561	294.699
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>392.731</b>	<b>441.276</b>	<b>304.312</b>	<b>355.436</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas**  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*
**1. A Companhia e suas operações**

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominadas, em conjunto, "Gaspetro" ou a "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenhem as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destaca-se a controlada GasBrasiliano Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado, descritas na nota 11.1.

Essa controlada mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

**2. Reestruturação societária**

Em 28 de dezembro de 2015, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") alienou 49% das ações representativas do capital social da Gaspetro para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda ("Mitsui Gás"), tendo essa alienação sido formalizada através de Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA") celebrado por ambas as Partes (Petrobras, na qualidade de Vendedora, e Mitsui Gás, na qualidade de Compradora), na referida data. Atualmente, portanto, a Gaspetro tem como acionistas a Petrobras e a Mitsui Gás, as quais detêm, respectivamente, 51% e 49% do capital votante da Companhia.

Em 21 de janeiro de 2016 foi ajuizada uma ação popular no foro de Paulo Afonso, Estado da Bahia, questionando a venda, na qual foi obtida uma decisão liminar que suspendeu os efeitos da operação. Porém, em 23 de agosto de 2016, referida decisão liminar foi suspensa em 2ª instância junto ao TRF da 1ª Região em Brasília, restabelecendo, em todos os seus efeitos, a validade da venda de 49% da Gaspetro à empresa Mitsui Gás. O referido processo continua em seu trâmite usual, pendente de decisão de mérito em 1ª instância.

Assim, a Governança da Gaspetro foi restabelecida, passando a ter plena eficácia o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas da Gaspetro.

**3. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia**

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras, entre outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Petrobras e suas controladas não realizaram qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram estes valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras.

A Petrobras monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia e

prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos. Se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas abaixo deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro. Como resultado, não foram identificadas quaisquer informações que ensejassem qualquer impacto nas demonstrações contábeis da Gaspetro.

**4. Base de apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis incluem:

**Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

**Demonstrações contábeis individuais**

As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que não diferem do IFRS aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, uma vez que passou a permitir, a partir de 2014, a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 13 de abril de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

**4.1. Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

**4.2. Moeda funcional**

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

**5. Sumário das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

**5.1. Base de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

## Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 11.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

### 5.1.1.Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31.12.2017	31.12.2016	2017	2016
Consolidado - IFRS / CPC	1.953.304	1.864.772	257.197	295.632
Saldo (amortização no exercício) do ativo diferido	2.055	2.691	(636)	(933)
Controladora - CPC	1.955.359	1.867.463	256.561	294.699

## 5.2. Instrumentos financeiros

### 5.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

### 5.2.2.Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

### 5.2.3.Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado utilizando método de juros efetivos.

## 5.3.Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 5.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

## 5.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

## 5.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

## 5.6.Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de softwares e ágio (*mais valia*) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

## 5.7.Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

## 5.8. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia anualmente os ativos imobilizado, intangível e investimento societários a fim de identificar indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

## 5.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos financeiras, porém passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

## 5.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado e são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

## 5.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 18.5

## 5.12. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente, respeitando-se a provisão dos valores no regime de competência.

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

## 6.Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

### 6.1.Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (impairment)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

### 6.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração (nota explicativa 23).

### 6.3.Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração (nota explicativa 16.2).

### 6.4.Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

**7. Novas normas e interpretações**

**a) IFRS - International Financial Reporting Standards**

**IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de contratos com clientes**

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva a partir de 01/01/2018.

O princípio fundamental do IFRS 15 (CPC 47) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a Gaspetro e suas investidas reconhecem receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na nota explicativa nº 5.12.
- Venda de gás canalizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 5.12;
- Equivalência patrimonial provenientes de investimento em participação acionária, conforme divulgado na nota explicativa 5.3.

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo IFRIC 12 (ICPC 01), a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção, a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Os administradores da Gaspetro e das suas investidas também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima e entendem que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, os quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita da Gaspetro e das suas investidas, a administração da entidade não espera que a aplicação do IFRS 15 (CPC 47) tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia.

**IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros**

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de *hedge*.

Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

Requerimentos-chave do IFRS 9 (CPC 48):

- O IFRS 9 (CPC 48) estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Instrumentos de dívida mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelece datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI). Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com o IFRS 9 (CPC 48), as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação nem uma contrapartida contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado.

- Com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o IFRS 9 (CPC 48) requer que o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo seja reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com o IAS 39 (CPC 38), o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

- Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 (CPC 48) requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39 (CPC 38). O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

- Os novos requerimentos gerais para contabilidade de Hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39 (CPC 38). O IFRS 9 (CPC 48) traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi descontinuado e substituído pelo princípio da “relação econômica”. Avaliação retrospectiva da efetividade também não é mais requerida. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos da entidade.

Com base na análise dos ativos financeiros e passivos financeiros da Gaspetro e suas investidas em 31 de dezembro de 2017, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, os administradores das entidades avaliaram o impacto do IFRS 9 (CPC 48) sobre as demonstrações financeiras e não esperam que a aplicação do IFRS 9 (CPC 48) tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia e de suas investidas.

**b) IASB - International Accounting Standards Board**

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes" (CPC 47)	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes.	1º de janeiro de 2018
	Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (CPC 48)	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 - "Arrendamentos mercantis"	Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.	1º de janeiro de 2019
Modificações à IFRS 10 (CPC 36) e IAS 28 (CPC 18)	Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou “Joint Venture”	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada

**8. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos (a)	24.517	3.199	19.083	1
Aplicações financeiras de curto prazo				
- No País				
Fundos de investimentos DI (b)	29.225	-	29.225	-
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>53.742</b>	<b>3.199</b>	<b>48.308</b>	<b>1</b>

(a) O saldo em Caixas e bancos decorre, preponderantemente, do valor recebido a título de dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 19.078) no último dia útil do ano, após o horário bancário estabelecido da sede da Companhia.

(b) Os fundos de investimentos representam aplicações financeiras de renda fixa, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

**9. Contas a receber**

**9.1. Contas a receber, líquidas**

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Cientes				
Terceiros	59.501	44.746	-	
Partes relacionadas (Nota explicativa 16)	72.232	137.822	34.277	109.393
Recebíveis de ativos financeiros (a)	91.580	122.767	33.370	49.772
	223.313	305.335	67.647	159.165
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PLCD	(14.195)	(10.536)		
<b>Total contas a receber, líquidas</b>	<b>209.118</b>	<b>294.799</b>	<b>67.647</b>	<b>159.165</b>
Circulante	180.386	239.283	67.647	159.165
Não circulante	28.732	55.516		

**Petrobras Gás S.A. - Gaspetro**  
**CNPJ N° 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras**
**a)Recebíveis de ativos financeiros**

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 24.3.

**9.2. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	(10.536)	(9.898)
Adições	(4.247)	(1.335)
Baixas	588	697
<b>Saldo final</b>	<b>(14.195)</b>	<b>(10.536)</b>

**10. Ativo financeiro de concessão**

	Consolidado	
	2017	2016
<b>Ativo não circulante</b>		
Servidão de passagem	6.676	5.057
Terrenos	417	322
Redes	26.226	18.218
Edificações	1.163	1.014
Estações	1.120	810
<b>Total ativo financeiro da concessão</b>	<b>35.602</b>	<b>25.421</b>

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto dos bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

**11. Investimentos**
**11.1. Investimentos diretos (Controladora)**

	% de Participação direta da Gaspetro	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período (*)
<b>Empresa Consolidada</b>				
GasBrasiliiano Distribuidora S.A. (1)	100,00%	100,00%	506.636	39.019
<b>Empresas controladas em conjunto (*)</b>				
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS (2)	41,50%	24,50%	87.184	32.582
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (2)	41,50%	24,50%	623.149	158.894
CEG Rio S.A. (2)	37,41%	26,19%	390.506	82.996
Companhia de Gás do Ceará - CE-GÁS (2)	41,50%	24,50%	181.294	60.125
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS (2)	24,50%	24,50%	342.437	45.210
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR (2)	23,50%	21,00%	24.992	18.156
Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS (2)	41,50%	24,50%	70.219	12.782
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (2)	83,00%	49,00%	65.965	14.956
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS (2)	49,00%	49,00%	32.951	19.847
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (2)	41,00%	23,00%	294.553	(26.068)
Sergipe Gás - SERGÁS (2)	41,50%	24,50%	52.010	6.381
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (1)	41,50%	24,50%	317.772	86.232
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (2)	49,00%	49,00%	195.648	76.264
Companhia de Gás do Amapá - GASAP (2)	37,25%	24,50%	-	-
Companhia Rondoniense de Gás - RONGÁS (2)	41,50%	24,50%	-	-
Companhia de Gás do Piauí - GAS-PISA (2)	37,25%	24,50%	-	-
Agência Goiânia de Gás Canalizado - GOIASGAS (2)	30,46%	19,50%	-	-
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS (2)	32,00%	21,00%	-	-

(\*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses findo em 30 de novembro de 2017.

(1) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(2) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2017. Auditadas na extensão julgada suficiente pelos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

**11.2. Mutações dos investimentos (Controladora)**

	Saldo em 31.12.2016	Resultado de participação em investimentos	Dividendos e JSCP	Aporte de capital	impairment	Amortização	Saldo em 31.12.2017
<b>Subsidiária e controlada</b>							
GasBrasiliiano Distribuidora S.A. (a)	496.265	39.019	(35.389)	-	-	(1.645)	498.250
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (a)	308.584	66.463	(42.113)	-	-	-	332.934
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	188.803	(6.910)	(1.752)	-	-	-	180.141
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	162.101	40.989	(38.872)	-	-	-	164.218
CEG-Rio S.A. (a)	159.374	30.291	(12.459)	-	-	-	177.206
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	137.583	40.421	(39.298)	-	-	-	138.706
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (b)	19.892	13.707	(9.836)	-	-	-	23.763
Outras participações (a)	305.354	69.194	(46.558)	620	(560)	-	328.050
<b>Total dos investimentos</b>	<b>1.777.956</b>	<b>293.174</b>	<b>(226.277)</b>	<b>620</b>	<b>(560)</b>	<b>(1.645)</b>	<b>1.843.268</b>

(a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28 correspondente ICPC 09, sendo registrado na GasBrasiliiano o ágio (mais valia) no valor de R\$19.614 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (goodwill) no valor de R\$ 213.019.

(b) Face a eventual obrigação de reconhecimento de pretensa dívida relacionada a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural - PRO-GÁS e, em decorrência ação movida pela Petrobras em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte, primeira Ré, e da POTIGÁS, a Gaspetro efetuou o reconhecimento prévio, no resultado do exercício social de 2015, de uma baixa em seu investimento de R\$53.590 referente à glosas no subsídio do PROGÁS nas faturas da Petrobras. Essa provisão decorre da análise sobre os eventuais efeitos das questões discutidas em Processo Judicial. Este incentivo consistia na concessão de subsídio no preço de venda de gás à determinadas empresas enquadradas no referido Programa, de quantia equivalente à percentual representativo de redução do valor das licenças ambientais devidas pela Petrobras, que seriam financeiramente compensadas.

**11.3. Informações sobre a controlada**

**GasBrasiliiano Distribuidora S.A.** - Constituída em 18 de janeiro de 2003, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a GasBrasiliiano, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da GasBrasiliiano.

**11.4. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas**

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada à distribuição de gás. As informações contábeis resumidas das companhias operacionais são as seguintes:

	2017						Total
	Bahiagás	Ceg-Rio	Scgás	Copergás	Sulgás	Outros	
Ativo Circulante	413.255	380.162	76.190	253.635	143.955	608.969	1.876.166
Ativo Realizável a Longo Prazo	29.153	29.572	174.374	113.767	86.369	356.078	789.313
Imobilizado	-	-	-	-	-	3.905	3.905
Intangível	320.506	642.946	196.531	188.396	158.128	637.074	2.143.581
Outros ativos não circulantes	-	794	-	-	-	1.471	2.265
	<b>762.914</b>	<b>1.053.474</b>	<b>447.095</b>	<b>555.798</b>	<b>388.452</b>	<b>1.607.497</b>	<b>4.815.230</b>
Passivo circulante	130.434	380.713	132.780	156.885	116.888	420.101	1.337.801
Passivo não circulante	9.331	282.255	19.762	81.140	75.917	307.496	775.901
Patrimônio Líquido	623.149	390.506	294.553	317.773	195.647	879.900	2.701.528
	<b>762.914</b>	<b>1.053.474</b>	<b>447.095</b>	<b>555.798</b>	<b>388.452</b>	<b>1.607.497</b>	<b>4.815.230</b>
Receita operacional líquida	1.303.201	2.147.904	441.734	863.865	495.121	1.924.712	7.176.537
Lucro líquido do exercício	158.894	82.996	(26.068)	86.232	76.264	143.001	521.319
Percentual de participação - %	41,50%	37,41%	41,00%	41,50%	49,00%	23,5% a 83,0%	

2016

	2016						Total
	Bahiagás	Ceg-Rio	Scgás	Copergás	Sulgás	Outros	
Ativo Circulante	321.729	302.250	171.453	229.856	222.684	532.448	1.780.420
Ativo Realizável a Longo Prazo	27.016	29.906	168.647	73.403	47.617	332.529	679.118
Imobilizado	-	-	-	-	-	2.765	2.765
Intangível	306.483	585.431	198.355	209.675	162.565	646.673	2.109.182
Outros ativos não circulantes	-	-	2	-	13	1.472	1.487
	<b>655.228</b>	<b>917.587</b>	<b>538.457</b>	<b>512.934</b>	<b>432.879</b>	<b>1.515.887</b>	<b>4.572.972</b>
Passivo circulante	113.749	294.733	159.664	135.493	137.963	424.759	1.266.361
Passivo não circulante	8.330	285.277	27.767	88.658	81.154	376.960	868.146
Patrimônio Líquido	533.149	337.577	351.026	288.783	213.762	714.168	2.438.465
	<b>655.228</b>	<b>917.587</b>	<b>538.457</b>	<b>512.934</b>	<b>432.879</b>	<b>1.515.887</b>	<b>4.572.972</b>
Receita operacional líquida	1.449.388	1.926.721	641.137	906.500	604.992	1.693.012	7.221.750
Lucro líquido do exercício	127.278	63.230	96.031	69.451	126.148	143.166	625.304
Percentual de participação - %	41,50%	37,41%	41,00%	41,50%	49,00%	23,5% a 83,0%	

(a) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor.

(b) Incluem as transferências de Ativo Financeiro de Concessão da GasBrasiliano, reembolsáveis pelo Poder Concedente no final da concessão (nota explicativa nº 13.2)

## 12. Imobilizado

### 12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado			Controladora	
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total	Equipamentos e outros bens	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>2.868</b>	<b>698</b>	<b>3.566</b>	-	-
Custo	4.277	1.664	5.941		
Depreciação acumulada	(1.799)	(1.311)	(3.110)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.478</b>	<b>353</b>	<b>2.831</b>	-	-
Adição	822	171	993	171	171
Depreciação	(607)	(5)	(612)	(5)	(5)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.693</b>	<b>519</b>	<b>3.212</b>	<b>166</b>	<b>166</b>
Custo	5.099	1.835	6.934	171	171
Depreciação acumulada	(2.406)	(1.316)	(3.722)	(5)	(5)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.693</b>	<b>519</b>	<b>3.212</b>	<b>166</b>	<b>166</b>
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	20	5		10	

## 13. Intangível

### 13.1. Por tipo de ativos

	Consolidado		
	Distribuição de gás (b)	Software	Total
<b>Saldo em 1ª de janeiro de 2016</b>	<b>310.064</b>	-	<b>310.064</b>
Custo	432.955	157	433.112
Amortização acumulada	(128.559)	(157)	(128.716)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>304.396</b>	<b>0</b>	<b>304.396</b>
Adições	21.102	-	21.102
Baixas	(21)	(37)	(58)
Transferências	(9.669)	37	(9.632)
Amortização	(20.862)	-	(20.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	294.946	0	294.946
Custo	439.595	120	439.715
Amortização acumulada	(144.649)	(120)	(144.769)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>294.946</b>	<b>0</b>	<b>294.946</b>
Tempo de vida útil estimado - anos (a)	10 a 30	5	

### 13.2. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A Companhia controla a GasBrasiliano e exerce o controle conjunto sobre 18 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas companhias reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão têm prazos de 30 ou 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação dos seguintes componentes: (i) custo do gás (*pass through*); (ii) custos e despesas operacionais; e (iii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos contratos de concessão.

O custo de construção adicionado ao intangível em 2017 foi de R\$ 18.422 (R\$ 19.743 em 2016) e refere-se aos gastos para formação da infraestrutura de gasodutos vinculados à concessão da GasBrasiliano, que permite a prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelecido no ICPC 01 (R1)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, ao final do período de concessão, não havendo renovação, as infraestruturas de gasodutos serão revertidas ao Poder Concedente através levantamentos, avaliações e quantificação da indenização devida, observado o saldo registrado na rubrica de ativo financeiro da concessão, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção.

Os contratos de concessão possuem cláusulas relativas à extinção, estabelecendo que o Poder Concedente poderá extingui-lo em função da deficiência na execução dos serviços prestados pelas distribuidoras e de violação material nos termos do contrato. Os direitos das distribuidoras de rescindi-lo estão relacionados ao descumprimento das normas legais ou contratuais pelo Poder Concedente.

## 14. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a títulos públicos recebidos pela Sociedade, por ocasião das alienações de participações societárias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). Estes títulos encontram-se bloqueados por decisão administrativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desde 1997.

A Gaspetro, além da petição encaminhada ao Juiz da 15ª Vara federal de Brasília (Ação Popular nº 93.00.08452-6), na qualidade de Terceiro Prejudicado, protocolou, em 14 de novembro de 2006, requerimento junto ao STN visando o desbloqueio dos TDAs, de modo a efetivar a permuta por NTN-P.

Conforme disposto no Decreto nº 2.274/1997, que permitiu a conversão desses títulos em NTN-P, a Gaspetro vem efetuando a atualização monetária com base na rentabilidade desses títulos, e aguardando o desbloqueio pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo registrado na conta era de R\$ 4.439 (R\$ 4.167 em 2016).

## 15. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Terceiros no país	2.197	5.351	134	2.296
Partes relacionadas (Nota explicativa 16)	32.944	23.916	9.988	7.885
<b>Total</b>	<b>35.141</b>	<b>29.267</b>	<b>10.122</b>	<b>10.181</b>

## 16. Partes relacionadas

### 16.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.



**Petrobras Gás S.A. - Gaspetro**  
 CNPJ N° 42.520.171/0001-91 — Empresa do Sistema Petrobras

**b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos**

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos líquidos é a seguinte:

	<b>Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos</b>	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>Ativos</b>	<b>Passivos</b>
2018	5.750	330
2019	3.662	200
2020	3.662	200
2021	3.662	200
2022	3.662	200
2023 em diante	41.142	535
<b>Parcela registrada contabilmente</b>	<b>61.540</b>	<b>1.665</b>

**17.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro antes dos impostos	257.757	315.189	260.614	309.943
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(87.637)	(107.164)	(88.609)	(105.381)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio, líquidos	(6.800)	(6.645)	(6.800)	(6.645)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	0	(4.842)	-	(12.046)
Prejuízo fiscal	9.816	-	9.816	-
Participação em controladas e coligadas	66.587	99.094	79.150	108.828
Outros	(3.374)		2.390	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(21.408)</b>	<b>(19.557)</b>	<b>(4.053)</b>	<b>(15.244)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.458)	(11.646)	(183)	(12.761)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.950)	(7.911)	(3.870)	(2.483)
	<b>(21.408)</b>	<b>(19.557)</b>	<b>(4.053)</b>	<b>(15.244)</b>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	8,3%	6,2%	1,6%	4,9%

**18. Patrimônio líquido**
**18.1. Capital social realizado**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 655.522 está representado 110.993 ações ordinárias, 1 ação preferencial classe "A" e 1 ação preferencial classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais não asseguram direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e não participam dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas, exceto Reserva Estatutária REPETRO (nota explicativa 18.4) e Reserva Estatutária de Ativos Excluídos (nota explicativa 18.4) e não participam dos lucros remanescentes.

A ação preferencial "A" confere ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas do contrato de prestação de fiança (nota explicativa 16.2) e será resgatada tão logo a Companhia seja liberada, no âmbito das garantias REPETRO, de todas e quaisquer obrigações perante as autoridades governamentais competentes, exclusivamente com os recursos alocados na reserva estatutária específica (nota explicativa 18.4).

A ação preferencial "B" confere ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e pecuniariamente recebidos dos "ativos excluídos", descritos no acordo de acionistas como o somatório de Impostos em litígio (nota explicativa 23.4), depósitos judiciais (nota explicativa 23.2) e Notas do Tesouro Nacional-NTN-P e será resgatada tão logo a Companhia receba a integridade dos montantes de ativos excluídos, com a utilização de parte dos recursos alocados na reserva estatutária específica (nota explicativa 18.4).

**18.2. Transações de capital**

Refere-se à diferença entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se trata de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de venda entre empresas do mesmo grupo econômico.

**18.3. Reserva de capital**

Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda aplicados no FINAM nos exercícios de 1997 e de 1998. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

**18.4. Reservas de Lucros**
**a) Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social.

**b) Reserva estatutária**

O acordo de acionista da Companhia prevê que, em uma periodicidade não superior a 6 (seis) meses, os acionistas devem destinar a esta reserva todos e quaisquer valores apurados pela Companhia em decorrência dos "ativos excluídos", inclusive valores relativos às atualizações monetárias dos "ativos excluídos", sempre líquidos de quaisquer tributos incidentes sobre estes ativos.

**b.1) Reserva estatutária "Repetro"** - valor limitado a R\$ 5.905,89 para fazer frente ao resgate da ação preferencial classe "A", cujos recursos advirão das receitas "REPETRO" (nota explicativa 16.2).

**b.2) Reserva estatutária "Ativo Excluído"** - valor limitado a R\$ 200.000, constituído com os montantes apurados pela Companhia de ativos excluídos (somatório dos impostos em litígio,

depósitos judiciais e notas do tesouro nacional) e será resgatada pelo detentor da ação preferencial classe "B", na medida em que os respectivos ativos excluídos sejam efetivamente recebidos.

O acordo de acionista da Companhia prevê que, em uma periodicidade não superior a 6 (seis) meses, os acionistas devem destinar a esta reserva todos e quaisquer valores apurados pela Companhia em decorrência dos "ativos excluídos", inclusive valores relativos às atualizações monetárias dos "ativos excluídos", sempre líquidos de quaisquer tributos incidentes sobre estes ativos.

**c) Reserva especial**

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

A Companhia efetivou, em 20/12/2017, o pagamento de R\$ 40.000 relativo a realização da reserva especial, tendo em vista a melhoria do fluxo financeiro proveniente das participações acionárias.

**18.5. Dividendos**

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. O Conselho de Administração, ainda, poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, bem como a antecipação de dividendos e a declaração de juros sobre o capital próprio.

A ação preferencial "A" receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas da prestação de garantias "REPETRO" (nota explicativa 15.2) efetivamente recebidas, líquido de qualquer tributo incidente sobre esta receita.

A ação preferencial "B" receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e efetivamente recebidos pela monetização dos "ativos excluídos", líquido de qualquer tributo incidente sobre estes ativos.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2017, que está sendo encaminhado pela administração da Gaspetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2018, no montante de R\$ 215.427 (R\$ 134.600 em 2016), atendendo aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício (Controladora)	256.561
Apropriação:	
Reserva legal	(12.828)
<b>Lucro básico para determinação do dividendo</b>	<b>243.733</b>

Dividendos mínimos obrigatórios - Preferencialista "A"	(227)
Juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo	(20.000)
Dividendos pagos antecipadamente	(50.000)
Dividendos adicionais propostos	(105.200)
Total de dividendos propostos e pagos	(175.427)
Realização de reserva especial constituída em 2016	(40.000)
<b>Total de dividendos propostos</b>	<b>(215.427)</b>

Dividendos obrigatórios - acionista preferencialista "A"	(227)
Antecipação de dividendos	(50.000)
Juros sobre capital próprio	(20.000)
Dividendos adicionais	(105.200)
Reserva legal	(12.828)
Reserva especial	(65.903)
Reserva estatutária	(2.403)
<b>Total da destinação do resultado</b>	<b>(256.561)</b>

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 175.427, já incluem a antecipação efetuada em 20/12/2017 no montante de R\$50.000, bem como os juros sobre o capital próprio de R\$20.000 que ainda serão pagos neste exercício, conforme aprovado pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 20/12/2017.

Os juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$ 20.000 (valor líquido de IRRF no montante de R\$ 17.000) estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, líquido de IRRF, que é um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social.

O saldo de dividendos propostos será pago na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2017 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

**18.6. Resultado por ação**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	257.197	295.632	256.561	294.699
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais (por mil)	110.995	110.995	110.995	110.995
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	2,32	2,66	2,31	2,66

**19. Receita de vendas e serviços**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita bruta de vendas	464.461	424.413
Encargos de vendas	(108.714)	(90.189)
Receita de vendas	355.747	334.224
<b>Receita de vendas e serviços</b>	<b>355.747</b>	<b>334.224</b>

**20. Outras receitas (despesas) líquidas**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	-	(698)	-	(124)
Perdas por Desvalorização de Ativos ( <i>Impairment</i> )	(560)	-	(560)	-
Ressarcimento pessoal cedido	-	961	-	961
Penalidade contrato <i>take or pay</i>	93	(5.195)	-	-
Outros	1.419	(2.325)	1.234	(454)
<b>Total outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>952</b>	<b>(7.257)</b>	<b>674</b>	<b>383</b>

**21. Custos e Despesas por natureza**

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Matéria-prima e produtos para revenda	(254.241)	(208.690)	-	-
Gastos com pessoal	(50.642)	(33.418)	(30.677)	(15.354)
Depreciação e amortização	(16.702)	(16.233)	(1.650)	(1.646)
Variação nos estoques	(495)	46	-	-
Materiais, fretes, alugueis e outros	(21.535)	(30.505)	(8.336)	(11.392)
Serviços de terceiros	(12.774)	(19.035)	(603)	(5.051)
Tributárias	(1.456)	(10.043)	(997)	(9.432)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	-	(698)	-	-
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(3.659)	(638)	-	-
Penalidade contrato <i>take or pay</i>	93	(5.195)	-	-
Outros (despesas) receitas, líquidas	952	-2.062	674	383
<b>Total custos e despesas por natureza</b>	<b>(360.459)</b>	<b>(326.471)</b>	<b>(41.589)</b>	<b>(42.492)</b>
Na Demonstração do Resultado:				
Custo dos produtos e serviços prestados	(285.913)	(246.074)	-	-
Despesas com vendas	(13.620)	(11.254)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(60.686)	(51.843)	(41.266)	(33.443)
Tributárias	(1.285)	(10.043)	(997)	(9.432)
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(560)	-	(560)	-
Outras (despesas) receitas, líquidas	1.605	(7.257)	1.234	383
<b>Total custos e despesas por natureza</b>	<b>(360.459)</b>	<b>(326.471)</b>	<b>(41.589)</b>	<b>(42.492)</b>

**22. Resultado financeiro líquido**

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receita com aplicações financeiras	1.729	585	1.660	349
Receita com recebíveis de ativos financeiros	15.548	27.299	6.411	14.697
Outras despesas e receitas financeiras				
Líquidas	2.686	(4.029)	354	20.205
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	9.292	(7.873)	604	(2.899)
<b>Total resultado financeiro líquido</b>	<b>29.255</b>	<b>15.982</b>	<b>9.029</b>	<b>32.352</b>
Na Demonstração do Resultado:				
Receitas	20.326	48.599	8.434	35.259
Despesas	(363)	(24.744)	(9)	(8)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	9.292	(7.873)	604	(2.899)
<b>Total resultado financeiro líquido</b>	<b>29.255</b>	<b>15.982</b>	<b>9.029</b>	<b>32.352</b>

**23. Processos judiciais e contingências**
**23.1. Processos judiciais provisionados**

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
<b>Passivo não circulante</b>		
Trabalhistas	1.349	1.349
Fiscais	2.108	2.108
Cíveis	6.686	6.574
	<b>10.143</b>	<b>10.031</b>
Saldo inicial	10.031	10.165
Adições (Baixas), líquidas	112	(134)
<b>Saldo final</b>	<b>10.143</b>	<b>10.031</b>

**23.2. Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<b>Ativo não circulante</b>				
Trabalhistas	1.088	78	78	78
Fiscais	1.410	1.410	1.410	1.410
Cíveis	2.610	845	2.354	845
	<b>5.108</b>	<b>2.333</b>	<b>3.842</b>	<b>2.333</b>

**23.3. Passivos contingentes**

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor de saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda, é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado
Cíveis	154.039
	<b>154.039</b>

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível.

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa
Autor: Estado de Santa Catarina e CELESC	
Ação proposta pelo Estado de Santa Catarina contra SCGÁS, GASPETRO e MISTU! em decorrência de suposta retirada do controle societário do Estado da SCGÁS, bem como a ampliação desproporcional na distribuição dos respectivos dividendos.	
Situação atual: sentença em dezembro de 2015, acatando a integralidade dos pedidos do Estado de Santa Catarina. Foram interpostos recursos de apelação. Autos recebidos pelo Ministério Público em novembro de 2016.	154.039
<b>Total dos processos de natureza cível</b>	<b>154.039</b>

**23.4. Contingências Ativas**
**23.4.1. Recuperação de PIS e COFINS**

A Companhia ajuizou ação ordinária contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação/restituição, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98

.Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 104.681 (R\$ 101.402 em 2016), relativo à citada ação, está refletido como impostos em litígio nestas demonstrações contábeis em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

**24. Gerenciamento de riscos**

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas investidas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

**24.1. Risco cambial**

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas investidas para a aquisição gás natural. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

**24.2. Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas investidas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2017	Risco	%	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativo financeiro</b>							
Recebíveis em ativos financeiros (b)	91.580	CDI	9,95	12,44	2.778	14,93	4.556
					<u>2.778</u>		<u>4.556</u>

Instrumentos	Exposição em 31/12/2017	Risco	%	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativo financeiro</b>							
Recebíveis em ativos financeiros (b)	91.580	CDI	9,95	7,46	(2.778)	4,98	(4.556)
					<u>(2.778)</u>		<u>(4.556)</u>

(a) Taxa de juros efetiva

(b) Representam recursos aplicados no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) - Nota explicativa 9.1.

**24.3. Risco de crédito**

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

**24.4. Risco de Liquidez**

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2017	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores		35.141	35.141	-	-
Outras contas a pagar		8.301	7.535	640	126
		<u>43.442</u>	<u>42.676</u>	<u>640</u>	<u>126</u>
	<b>2016</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>3 - 5 anos</b>
Fornecedores		29.267	29.267	-	-
Outras contas a pagar		15.260	14.854	406	-
		<u>44.527</u>	<u>44.121</u>	<u>406</u>	<u>-</u>

**25. Seguros**

Para proteção de seu patrimônio a controlada GasBrasiliano transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, sejam por disposições legais ou contratuais. A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras

	<b>Consolidado</b>
<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Importância segura</b>
Riscos operacionais	6.917

## 26.Evento Subsequente

### 26.1.Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento - COMPAGÁS

Em 31.01.2018, foi assinado o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de gás natural firmando entre a Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS e a Petrobras.

Este dispositivo revisou a relação de suprimento do energético e equalizou a dívida referente a compromissos de retirada (quantidade de gás paga e não retirada), dentre outros. O saldo remanescente do débito da distribuidora junto a supridora, R\$74.355, foi objeto de parcelamento, com possibilidade de antecipação de parte ou totalidade do saldo devedor.

### 26.2.Auto de infração da Receita Federal do Brasil

Em 08.01.2018 a Companhia foi comunicada da emissão de Auto de Infração da RFB, no valor de R\$26.748, relativo a ausência de comprovação efetiva de gastos referentes ao exercício social de 2013, que culminou na glosa das despesas dedutíveis daquele período, refletindo a cobrança de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, bem como os reflexos pela ausência de retenção do imposto de renda retido na fonte, além das cominações legais.

De acordo com o Contrato de Compra e Vendas de Ações ("CCVA"), celebrado entre nossos acionistas em 28.12.2015, a Gaspetro está indene quanto a eventuais perdas, custos e despesas relativos ao referido Auto de Infração.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da  
**Petrobras Gás S.A. - Gaspetro**  
 Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Gás S.A - Gaspetro (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A - Gaspetro em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Petrobras Gás S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### Investigação da Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, que descreve o estágio atual das investigações relacionadas com a "Operação Lava-Jato". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou quaisquer informações do exercício corrente ou de exercícios anteriores que ensejassem impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo nessa data. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Transações com parte relacionada

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia são realizadas exclusivamente com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outros assuntos

#### Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações individual e consolidada do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes para as demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de março de 2017, sem modificação.

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa

A Gaspetro, visando buscar o interesse da sociedade e dos seus acionistas, protocolou em 06.02.2018, dentro do prazo legal, a necessária impugnação aos fatos narrados pela fiscalização, acostando as comprovações documentais complementares, que é preponderantemente oriunda da Petrobras, tendo em vista a natureza dos gastos questionados, que eram compartilhados à época com esse acionista.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>CARLOS FELIPE GUIMARÃES LODI</b> Conselheiro	<b>JOELMA MEDEIROS HENRIQUES</b> Conselheira
<b>HIROKI TOKO</b> Conselheiro	<b>MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA</b> Conselheiro
<b>TOSHIBA ASAHI</b> Conselheiro	<b>VITOR CALAZANS BARONI</b> Conselheiro

### DIRETORIA EXECUTIVA

<b>THOMAZ LUCCHINI COUTINHO</b> Diretor Presidente	
<b>LUIZ CELSO OLIVEIRA ANDRADE</b> Diretor Operacional	<b>ROGÉRIO SOARES LEITE</b> Diretor Corporativo e Financeiro
<b>MARCUS VINICIUS TORRES PEÇANHA</b> Contador CRC-RJ-068103/O-8	

responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

### Responsabilidades da administração e governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes  
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira  
 Contador CRC RJ-087095/O-7

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

continuação

1. O Conselho Fiscal da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis da Petrobras Gás S.A. – GASPETRO (“Individuais e Consolidadas”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, demonstração de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, assim como as notas explicativas. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Contábeis individuais foram elaboradas com base nas práticas contábeis previstas na Legislação Societária Brasileira, complementadas com pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As Demonstrações Contábeis estão acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 13 de abril de 2018 e aprovadas na 746ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de abril de 2018. Administração propôs a seguinte destinação a ser deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas:

2. Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 256.560.952,54 (duzentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), que considera a constituição de reserva legal no montante de R\$ 12.828.047,63 (doze milhões, oitocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sete reais sessenta e três centavos); o complemento da reserva estatutária "Ativos Excluídos" em R\$ 2.402.718,77 (dois milhões, quatrocentos e dois mil, setecentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), que já inclui a parcela anteriormente destinada de R\$1.373.961,05 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e um reais e cinco centavos, relativos aos seis primeiros meses de 2017; a distribuição de dividendos do exercício de R\$ 175.427.483,92 (cento e setenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos) sendo: R\$ 227.483,92 (duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos) de dividendos prioritários para o acionista detentor de ação preferencial “A”; R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões) de dividendos para os acionistas ordinários; juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões), e R\$ 105.200.000,00 (cento e cinco milhões e duzentos mil reais) de dividendos adicionais para os acionistas ordinários; e a

transferência do saldo remanescente para reserva especial, no valor de R\$ 65.902.702,22 (sessenta e cinco milhões, novecentos e dois mil, setecentos e dois reais e vinte e dois centavos). O saldo de dividendos propostos serão pagos na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2017 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

3. A constituição da reserva especial, no valor de R\$65.902.702,22 (sessenta e cinco milhões, novecentos e dois mil, setecentos e dois reais e vinte e dois centavos), foi baseada nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, que dispõe sobre a situação financeira da Companhia, que destina-se ao registro dos lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

4. Considerando o trabalho de acompanhamento da Companhia desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, a opinião emitida sem ressalvas dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, as informações prestadas pelos integrantes da Administração da Empresa e complementadas com comentários sobre o seu desempenho, assegurando que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro em 31 de dezembro de 2017, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou favoravelmente à aprovação do Relatório Anual de Atividades da Administração, das Demonstrações Contábeis, bem como da proposta de Destinação de Resultado, que inclui a constituição da Reserva Especial, a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

**Rio de Janeiro, 13 de abril de 2018.**Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa  
ConselheiroCarlos Alberto de Macena Ferreira  
ConselheiroCharles Carvalho Guedes  
Presidente